

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.649.033 - RJ (2020/0009405-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE UFF
AGRAVADO : LARISSA VELOSO CLIMACO
ADVOGADO : VANESSA EXPOSITO - RJ164018

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE UFF contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim resumido:

ADMINISTRATIVO AGRAVO DE INSTRUMENTO INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR PELO SISTEMA DE COTAS TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA DEFERIMENTO REQUISITOS PREENCHIDOS RECURSO DESPROVIDO

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 5º, II e 207 da CF e do art. 3º da Lei n. 8.666/93, no que concerne à inobservância do princípio da isonomia e da autonomia das universidades, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Trata-se de Agravo de Instrumento em face de decisão interlocutória em Ação Ordinária concessiva da matrícula da Agravada no curso de graduação de Engenharia Metalúrgica da Universidade Federal Fluminense - UFF, nas vagas reservadas a candidatos pretos, pardos e indígenas (PPI) com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenha cursado integralmente o ensino -médio em escola pública, consoante o item 13, II, L2 do EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO POR MEIO DO SiSU NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2017, face a não efetiva comprovação de sua integração em uma das aludidas etnias.

[...]

O V. Acórdão, por sua vez, inacetou o pedido de cassação da antecipação de tutela conferida, apesar da nítida distância da real cor/etnia da Autora da alegada da cor "parda", nas fotos acostadas nos autos.

Com efeito, a UFF demonstrou a ausência qualquer fumus bonus juris a pretensão autoral (fls. 61/62).

[...]

Data maxima venia, reconhecendo a notória erudição dos seus eminentes prolores, merece reforma o v. acórdão, por ter inobservado o princípio da isonomia e autonomia administrativa da universidades insculpidos no artigos 5º II e 207 da Constituição Federal e o no da no art. 3º

Superior Tribunal de Justiça

da Lei nº 8.666/93 assim como nos requisitos expressos no item 13, II, L2 do EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO POR MEIO DO SiSU NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2017 assim como as da Lei nº 12.711/2012 (fl. 64).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide, por analogia, o óbice da Súmula n. 735/STF, pois, conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância *a quo*.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que 'não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita a modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito’” (AgInt no AREsp n. 1.351.487/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 17/12/2018).

Confira-se ainda o seguinte precedente: AgInt no AREsp n. 1.321.705/MS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente